



AMÉRICA DO SUL — CONE SUL

Euclimar Lima da Silva

Artigo extraído de palestra proferida, pelo autor, no Curso de Extensão da Escola Superior de Guerra (CE-v/88, "Conjuntura Internacional") realizado em setembro de 1988.

Aborda, inicialmente, a ALADI — seus mecanismos e os obstáculos que enfrenta. Apresenta, a seguir, breve comentário sobre cada um dos países do Cone Sul e seu relacionamento com o Brasil, e enfoca aspectos da integração Brasil-Argentina-Chile-Paraguai-Uruguai. Tece, finalmente, algumas considerações sobre os interesses brasileiros na área, concluindo sobre a importância da ampliação de um mercado comum e os aspectos inerentes à integração como um todo.

A ALADI E SEUS MECANISMOS

Criada pelo Tratado de Montevidéu, em 1980, em substituição à extinta ALALC; a ALADI destina-se a promover a expansão do comércio intrazonal e tem, como objetivo final, o estabelecimento de um mercado comum latino-ame-

ricano, contando com os seguintes países-membros:

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Na sua estrutura, conta com os seguintes órgãos:

— Conselho de Ministro das Relações Exteriores, órgão supremo da ALADI, responsável

pela condução da política superior do processo de integração econômica;

- Conferência de Avaliação e Convergência, responsável por examinar e promover o funcionamento dos diferentes mecanismos previstos no Tratado de Montevideu;

- Comitê de Representantes, foro político permanente da Associação, responsável pela adoção de medidas necessárias à execução do Tratado;

- Secretaria-Geral, responsável pela proposição, avaliação, estudo e gestão, orientados para melhor consecução dos objetivos da Associação.

Os países-membros acordaram que o Tratado deve ser aplicado segundo os princípios de pluralismo político e econômico; de multilateralização progressiva dos acordos de alcance parcial, de flexibilidade, de multiplicidade de formas de ajuste e de tratamento diferencial de acordo com o grau de desenvolvimento. Há três categorias de países: de menor desenvolvimento relativo (Bolívia, Equador e Paraguai), de desenvolvimento médio (Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela) e os demais (Argentina, Brasil, México).

O objetivo das normas do Tratado é a promoção e a regulamentação do comércio, a complementação econômica e a implementação de ações de cooperação econômica que am-

pliem os mercados. Nesse sentido, os países-membros estabelecem áreas de preferências econômicas, compostas por uma preferência tarifária regional, por acordos de alcance regional e por acordos de alcance parcial.

Os acordos de alcance regional são aqueles de que participam todos os países-membros, enquanto que os acordos de alcance parcial são aqueles de que participa apenas parte dos países-membros.

Os acordos de alcance regional ou parcial podem ser comerciais, de complementação econômica, agropecuária, de promoção de comércio, ou de outras modalidades, por decisão dos países-membros.

OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO

A América Latina, independentemente de país, está envolvida numa grande guerra: na guerra pela superação da fome, das doenças, do analfabetismo, das disparidades inter-regionais, do subdesenvolvimento científico, cultural, tecnológico, e sobretudo social, que nos aflige, em maior ou menor grau, a todos. É uma guerra que, para ser vencida, exige, sobretudo, autoconhecimento e soma de esforços, integração, enfim.

O relacionamento entre os países da América Latina não se

tem pautado por esse sentimento de identidade. A heterogeneidade econômica e social dos países da região é, concomitantemente, o motor e o entrave da integração.

Outros obstáculos podem ser alinhados, tais como: as disputas e tensões entre alguns governos; a ausência de apoio às instituições e mecanismos de integração; a inexistência de uma visão clara e equilibrada acerca dos legítimos interesses nacionais, em comparação com os benefícios que, a longo prazo, levasse uma maior unidade econômica e política entre os países da região; a escassa participação dos diversos segmentos sociais e políticos.

Provavelmente, uma das carências principais que afeta os processos de integração sub-regionais tem sido a falta de um apoio permanente e estável dos países maiores de cada esquema, a ausência de um projeto político que os sustente e a seleção de setores ou atividades prioritárias em torno dos quais gire o processo.

Por outro lado, existe uma grande resistência dos governos em avançar nos mecanismos de caráter multilateral devido, em parte, à dificuldade em precisar objetivos de longo prazo, causada pela crise. A grande maioria dos governos da região não está em situação de assumir os riscos do cumprimento de obri-

gações muito amplas e de resultados incertos.

OS PAÍSES DO CONE-SUL E SEU RELACIONAMENTO COM O BRASIL

Na integração da América do Sul, o Cone Sul reveste-se de importância fundamental para o Brasil, não só pela proximidade geográfica mas, também, pelos laços históricos existentes, razão pela qual teceremos alguns detalhes a respeito de cada país, separadamente, sobre seus aspectos de política externa atual e relações com o Brasil.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA ATUAL DA ARGENTINA

A recuperação da imagem externa do país tem sido um dos objetivos prioritários do governo constitucional, inaugurado em 1983.

Uma característica básica da atual projeção externa da Argentina é justamente o emprego de uma diplomacia de cunho "personalista", centrada no prestígio pessoal do Presidente Alfonsín, que vem intensificando seus contatos internacionais.

As bases doutrinárias da política externa têm sido reiteradas em pronunciamentos do Chanceler Caputo e do próprio

Presidente Raul Alfonsín, que se preocupam em reafirmar o caráter democrático, pluralista, ocidental, não-alinhado e pacífico da projeção internacional argentina.

Com efeito, o governo de Buenos Aires considera hoje que América Latina constitui o cenário privilegiado para a reinserção internacional da Argentina democrática. Nesse contexto, o processo de integração iniciado com o Brasil tem uma dimensão política fundamental, além de suas implicações econômicas. Ainda no plano regional, cabe registrar que, desde algum tempo, o Presidente Alfonsín vem manifestando, de forma mais ou menos explícita, seu desejo de promover uma reunião de cúpula latino-americana.

A partir do segundo ano de sua administração, a política econômica do governo passou a ser um fator determinante na articulação das prioridades da diplomacia alfonsinista. Essa tendência se vê reforçada pela evolução recente da conjuntura interna. No plano econômico externo, cabe salientar o êxito obtido pela Argentina na renegociação de parte de sua dívida externa com os bancos credores privados e, mais recentemente, com o "Clube de Paris", assim como a possibilidade de ingresso de "dinheiro novo" por meio de financiamento do Banco Mun-

dial. Por ocasião de sua última viagem ao EUA, Alfonsín chegou a qualificar a atual evasão de divisas da América Latina como um "Plano Marshal ao reverso".

ASPECTOS DAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

Desde a celebração do acordo sobre o aproveitamento de Itaipu e Corpus, em 1979, que superou a última controvérsia grave então pendente, as relações entre o Brasil e a Argentina têm-se caracterizado por um elevado nível de entendimento e cooperação. A redemocratização de ambos os países desempenhou papel importante neste processo, ao facilitar a abordagem comum de uma série de temas da política internacional, com incidência em aspectos das respectivas políticas nacionais. Da mesma forma, o peso da crise mundial terá atuado como elemento aglutinador, capaz de resgatar, em especial do lado argentino, a tese da validade do entendimento prévio e solidário dos dois países em termos de autonomia regional. A conceituação da Argentina como "país ocidental, não-alinhado e em vias de desenvolvimento", feita pela Administração Alfonsín, ao anunciar as premissas de sua

política externa, abriu também caminho à exploração sistemática de alternativas de colaboração com os países latino-americanos e, em especial, com o Brasil.

Esse clima favorável ao desenvolvimento das relações bilaterais tornou propícias as condições para a realização do encontro de Iguazu, de 29 e 30 de novembro de 1985, entre os Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, quando foi inaugurada a "Ponte Presidente Tancredo Neves". Os documentos firmados na Declaração de Iguazu e a Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear, permitem-nos avaliar a reunião presidencial como marco fundamental nos esforços empreendidos pelos dois países, no sentido de uma colaboração durável e de efeitos mutuamente benéficos.

Outros encontros presidenciais se seguiram, ampliando quantitativa e qualitativamente o intercâmbio econômico-comercial bilateral e intensificando a frequência do diálogo entre os dois governos e entre as respectivas comunidades nacionais.

Os significativos avanços no processo de integração e a ampla gama de programas de cooperação em distintos setores compõem um nível de entendimento sem precedentes na história do relacionamento brasileiro-argentino.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA ATUAL DO PARAGUAI

As relações com a Argentina têm passado por dificuldades, sobretudo em virtude do ostensivo apoio prestado pelos radicais argentinos a políticos paraguaios da oposição, dita irregular, o que é considerado, pelo governo do Presidente Stroessner, como uma ingerência nos assuntos internos do Paraguai. O governo argentino, contudo, tem dado demonstrações de desejo de manter as relações bilaterais em um nível correto.

Quanto ao Projeto Hidrelétrico de Yaciretá, o principal empreendimento conjunto entre os dois países, do qual se esperava que viesse a constituir uma importante fonte de divisas para o Paraguai, continua enfrentando problemas e marchando com lentidão.

A tradicional desconfiança paraguaia com relação à Bolívia vinha sendo motivo para o reduzido contato que se verificara entre os dois países. Esse quadro vem-se modificando mais recentemente, talvez em função do crescente isolamento político do Paraguai no plano internacional, sobretudo em função dos projetos de integração entre Brasil, Argentina e Uruguai.

Motivados pela afinidade ideológica de seus países e pelo relativo isolamento que enfren-

tam no continente, em razão da evolução política em outros países sul-americanos, o Chile e o Paraguai têm estreitado suas relações, registrando-se uma série de visitas de altas autoridades.

No contexto multilateral, o Paraguai tem adotado posições de cunho tradicional e conservador, e buscado, de forma incessante, a cooperação financeira dos organismos internacionais de financiamento (Bird, Bid e Fonplata) e organismos especializados das Nações Unidas (FAO e OMS, entre outras), bem como a maximização dos benefícios recebidos no âmbito da ALADI. Acrescentando-se, nesse contexto, a adesão do país ao SELA, ocorrido em outubro de 1986.

ASPECTOS DAS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI

O Brasil é o principal parceiro comercial, financeiro e energético do Paraguai.

A obra de Itaipu tem alta projeção nas relações entre o Brasil e o Paraguai, a elas tendo conferido um sentido dinamizador. Foram justamente os entendimentos sobre aproveitamentos hídricos no rio Paraná, na década de 60 e, muito especificamente o Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973, que constituíram algumas das marcas fundamentais da fa-

se atual de grande intensidade no relacionamento bilateral.

Desde sua criação, em 1982, o Grupo de Cooperação Consular já se reuniu quatro vezes. O Grupo tem permitido um amplo debate em busca de soluções para questões consulares preocupantes, que poderiam repercutir negativamente nas relações bilaterais, a saber: dificuldades enfrentadas por colonos brasileiros no Paraguai; tramitação de cartas rogatórias; furto de veículos brasileiros; combate ao problema de narcotráfico; e cooperação aduaneira.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA ATUAL DO URUGUAI

A situação geográfica do Uruguai, sua dimensão e seu processo de formação como país independente constituem elementos fundamentais na formulação de sua política externa. Nesse contexto, é evidente a importância que assume seu relacionamento com o Brasil e Argentina e a necessidade de uma abertura do país para o exterior.

Um dos principais resultados da política externa do governo Sanguinetti, tem sido o de romper o isolamento relativo a que o país se viu condenado durante o regime militar e de retomar uma política ativista, bem acima do que seria condizente com o

seu peso específico internacional, que tantas vezes, no passado, caracterizou a atuação externa do país.

O ativismo externo do Uruguai caracteriza-se, entre outros aspectos, pela presença em diversos grupos de contatos, de ligação e de promoção de interesses comuns latino-americanos, como o Grupo de Apoio ao de Contadora, o Grupo dos Oito e o Consenso de Cartagena.

Facilita, sem dúvida, essa política, o fato de a grande maioria dos países latino-americanos viverem atualmente, como o Uruguai, em regimes democráticos. O ativismo estende-se também a iniciativas que extrapolam o seu empenho em ter uma presença perceptível nos assuntos ligados ao estabelecimento de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul, ao litígio argentino-britânico sobre as Ilhas Malvinas.

Ademais de se empenhar em manter uma intensa participação em organismos regionais (OEA, ALADI, SELA, Bacia do Prata), o Uruguai também procura seguir uma política de presença conspícua, esforçando-se por contribuir para a desobstrução de canais de negociação.

ASPECTOS DAS RELAÇÕES BRASIL-URUGUAI

As relações bilaterais Brasil-

Uruguai são marcadas pela fluidez e pelo reconhecimento da importância de que se revestem. É ilustrativo o fato de o Uruguai ter sido o primeiro país a ser visitado pelo Presidente Sarney.

Apesar de sua maior identidade étnica e cultural com a Argentina, a maciça presença brasileira, na pauta de exportações e importações do Uruguai, faz com que o Brasil assumira uma condição de maior relevância para esse país.

Neste momento, as relações políticas denotam grande grau de harmonia, em vista não apenas da semelhança dos processos de redemocratização porque atravessam ambos os países, mas também de uma postura equilibrada e moderada nas suas políticas externas, bem como do entendimento e da relação direta entre os presidentes e chanceleres, alcançados nos diversos encontros e contatos realizados.

No campo institucional, cabe destacar, entre os documentos concluídos na última década, o Tratado da Amizade, Cooperação e Comércio, de 1975, pelo qual foi criada a Comissão Geral de Cooperação Brasileiro-Uruaia, cujas delegações, conforme acordado em 1975, são presididas pelos respectivos chanceleres.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA ATUAL DO CHILE

Internacionalmente, a crescente democratização na América Latina aumenta o isolamento do regime chileno, sistematicamente criticado por violação dos direitos humanos e pela ausência de normalização de sua vida política.

Entre os países latino-americanos, especialmente os do sul, observa-se a inexistência de manifestações governamentais públicas condenatórias dos excessos do governo chileno, ao menos com a veemência com que outros países, sobretudo europeus, se têm expressado.

ASPECTOS DAS RELAÇÕES BRASIL-CHILE

O relacionamento entre o Brasil e o Chile apoia-se em longa tradição de entendimentos políticos e de intercâmbio comercial.

Quanto ao aspecto propriamente político do relacionamento bilateral, a presente diferença entre os regimes de governos vigentes no Brasil e no Chile acarretou um compreensível distanciamento entre os dois países. Distanciamento discreto, espelhado pela quase ausência nos últimos dois anos, de encontros de altas autoridades dos dois países.

No que se refere a Antártica,

é ainda grande a dependência brasileira do apoio logístico de Santiago para o desenvolvimento do PROANTAR.

A interpretação brasileira da atual conjuntura chilena guia-se pela estreita observância do princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros países, como em relação a qualquer outra nação.

INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA-CHILE-PARAGUAI e URUGUAI

No plano bilateral, verificaram-se alguns progressos na integração regional, desde 1986. Cumpre salientar que os principais acordos nesse plano foram celebrados na esfera jurídica e institucional da ALADI evidenciando-se, desse modo, a natureza prática e flexível do Tratado de Montevidéu, de 1980, que permitiu a cristalização de ações bilaterais, sob a forma de acordo de alcance parcial, compatíveis com a preservação de uma visão de conjunto e de uma disciplina multilateral em matéria de integração regional. Os principais acordos bilaterais foram celebrados entre Argentina e Brasil e entre Uruguai e Brasil.

O Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a Argentina e o Brasil apresenta elementos inovadores em matéria de integração regional e

obedece a uma forma prática, que leva em conta, ao mesmo tempo, a necessidade de expandir imediatamente o comércio recíproco e facilitar as medidas de ajustamento e de reforma estrutural das respectivas economias nacionais. Trata-se, basicamente, de instrumentos de comércio e cooperação econômica que, por sua natureza e características, não podem induzir, a médio e longo prazos, considerável integração e modernização econômica e tecnológica.

O acordo celebrado pelo Uruguai com o Brasil, do mesmo modo que o celebrado com a Argentina em 1985, implica no reconhecimento do tratamento diferencial entre países de graus diversos de desenvolvimento e contém amplas vantagens preferenciais para produtos originários do Uruguai.

Quanto à Argentina, as perspectivas de nosso intercâmbio a curto prazo são favoráveis, podendo se alterar, em função da eventual vitória do peronismo, ou de nova convulsão institucional, esta menos provável, embora a previsível continuidade de nossa política externa possa manter o nível das relações no patamar alcançado pelos governos Sarney e Alfonsín.

As dificuldades conjunturais da economia argentina não parecem permitir um aceleração do programa de integração, mas

não se constitui em óbices capazes de esmaecer a vontade política até aqui demonstrada na implementação dos diversos atos bilaterais.

Quanto ao Uruguai, o fenômeno que determinou o crescimento das exportações para o Brasil, em 1986, provavelmente não atuará a partir do corrente ano. Além disso, a crise econômica do Brasil leva a crer que por algum tempo, haverá restrições comerciais que afetarão parte das exportações destinadas ao Brasil.

O Uruguai tem procurado consolidar a integração tripartite com o Brasil e Argentina.

Acima das indiscutíveis vantagens comerciais resultantes do intercâmbio entre esses países, o processo de integração do continente fortalece as democracias da região, na busca de sua identidade.

No Paraguai, poucas mudanças far-se-ão sentir enquanto perdurar o regime do Presidente Stroessner, a não ser a concessão de pequenas franquias que possam dar uma aparência de legitimidade ao governo.

No Chile, o comportamento econômico, a curto e médio prazos, constitui a maior preocupação do governo, especialmente o aumento da poupança interna para compensar a diminuição que a poupança externa continuará sofrendo.

INTERESSES BRASILEIROS NA REGIÃO

Em virtude de fatores históricos e geográficos, as relações do Brasil com seus vizinhos da parte meridional da América do Sul são densas e diversificadas. Caracterizam-se por uma longa tradição de convivência amistosa, lastreada em notável continuidade e intensidade de contato, bem como em múltiplas formas de intercâmbio e cooperação. As circunstâncias que, ao longo da história, marcaram a vida desses povos, até mesmo antes de seu surgimento como nações independentes, conferem uma dimensão particularmente relevante ao relacionamento do Brasil com a área, fazendo emergir, em boa parte dos casos, aspectos de grande sensibilidade. O Brasil é plenamente consciente das peculiaridades inerentes à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e ao Chile, quer no tocante aos elementos que distinguiram esses países, em sua formação nacional, quer nas questões relativas à sua projeção internacional.

Dadas a substância e magnitude de interesses que nos ligam aos países da região, destacando-se a concretização de empreendimentos e iniciativas de vulto no plano bilateral, emprestamos atenção prioritária a nossa atuação diplomática na área. Somos conscientes da im-

portância que representa o patrimônio de relações já acumulado no âmbito dessas relações e desejamos preservá-lo e ampliá-lo constantemente. Buscamos também consolidar as bases de confiança, entendimento e cooperação com nossos parceiros do Cone Sul. Sob esse ângulo, interessa ao Brasil manter constância e fluidez no diálogo com os países vizinhos, aproveitando todas as oportunidades de convergência e incrementando os esforços de colaboração igualitária e mutuamente benéfica.

CONCLUSÃO

Alguns países optaram pela liberalização de seus mercados, sem maiores preocupações com modernização ou transformação de seu parque industrial.

Outros fizeram investimentos elevados na indústria, e alguns deles como Argentina e, especialmente, o Brasil mantiveram longos períodos de desenvolvimento da indústria de base, de modernização de seu parque industrial, adquirindo ou desenvolvendo tecnologia e podendo competir no mercado mundial.

É, indubitavelmente, necessário ampliar o mercado latino-americano, inclusive porque, paradoxalmente, o desenvolvimento de alguns segmentos industriais com elevado grau de

competitividade fez renascer um crescente protecionismo tanto nos países europeus, quanto no mercado norte-americano. A ampliação desse mercado interno é um imperativo para a América Latina, posto que esse intercâmbio pode e deve ser efetuado em moeda conveniada, ou seja, praticamente sem dispêndio das divisas preciosas para todos os países.

É imperioso buscar o fortalecimento dos sistemas sub-regionais de financiamento, procurando a desdolarização do comércio recíproco e a captação de novas divisas, convergindo tudo para outorgar liquidez aos atuais sistemas de compensação em geral.

Para tal, existe a sugestão já expressa pela CEPAL, da criação de um Fundo Latino-Americano de Reservas, bem como do estabelecimento de um Banco Latino-Americano de Comércio Exterior.

Entretanto, é de fundamental importância a necessidade de entendimento de que a integração e cooperação regionais somente poder-se-ão considerar desenvolvidas, quando lograrem vincular-se integralmente às prioridades básicas dos respectivos governos nacionais e, como tal, refletidas em suas respectivas políticas econômicas.

Deve aflorar, outrossim, o conceito do sistema econômico latino-americano, voltado para a

convergência de esforços em torno de projetos específicos que criem uma verdadeira e positiva interdependência entre grupos de países, sem a qual jamais será viável a unidade regional.

É um equívoco monumental supor que a integração e cooperação serão sustentadas apenas no plano econômico, sem que haja tônica em outros segmentos significativos das preocupações sociais.

A integração tem que ser entendida pelos nacionais como parte de suas próprias aspirações, expressas através de seus respectivos movimentos políticos. Se tal não for alcançado, haveremos, novamente, de sucumbir, quer por adotar um enfoque estritamente comercial do processo, quer pela contradição entre políticas nacionais variáveis e uma política regional uniforme, fator indispensável para uma melhor integração dos países do Cone Sul e da América Latina como um todo.

Face às considerações expostas é lícito concluir a importância do Brasil nesse processo de integração, como um dos principais mentores da participação dos países do Cone Sul na solução de seus próprios conflitos, visando ao desenvolvimento e, conseqüentemente, à manutenção da paz e harmonia nessa região.

ANEXO

ASPECTOS DO COMÉRCIO BRASILEIRO COM
OS PAÍSES DO CONE SUL

ARGENTINA

COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA
(EM US\$ MILHÕES/FONTE CACEX)

ANO	EXPORT.	IMPORT.	SALDO
1980	1.091,5	756,6	334,9
1981	880,2	586,6	239,6
1982	666,4	550,2	116,2
1983	654,6	358,1	296,5
1984	853,1	511,0	342,0
1985	548,2	468,9	78,9
1986	688,5	676,8	11,7
1987	736,0	519,0	217,0

O Brasil constituiu, em 1986, o segundo principal fornecedor da Argentina, depois dos EUA.

O Brasil igualmente figurou, em 1986, como segundo comprador dos produtos argentinos, depois dos Países Baixos.

As exportações brasileiras para o mercado argentino caíram, de US\$ 880,2 milhões, em 1981, para US\$ 548,2 milhões, em 1985, o que equivaleu a uma variação média real de 12,3% ao ano.

As importações brasileiras procedentes da Argentina sofreram, nos últimos cinco anos, redução média real de 6,7% ao ano, passando, de US\$586,6 milhões, em 1981, para US\$468,9 milhões, em 1985. É interessante notar que a desaceleração observada nos valores adquiridos na Argentina foi bem mais suave do que a ocorrida com as importações totais do Brasil (- 13,3% ao ano) e com os originários da ALADI (-16,3% ao ano).

Em 1985, a Argentina foi o sétimo fornecedor do Brasil. Superando 3,6% do total importado, dentro da ALADI, ocupou o primeiro lugar, com a participação de 22,1%.

PARAGUAI

**COMÉRCIO BRASIL-PARAGUAI
(EM US\$ MILHÕES/FONTE CACEX)**

ANO	EXPORT.	IMPORT.	SALDO
1981	450	191	259
1982	324	167	157
1983	233	32	201
1984	334	40	294
1985	302	74	228
1986	258	57	201

Em 1987, as exportações brasileiras para o Paraguai atingiram a cifra de US\$ 260 milhões, enquanto as importações se situaram em torno de US\$ 60 milhões. Com uma alta participação de produtos manufaturados na pauta de suas exportações, o Brasil é o principal fornecedor do Paraguai e, também, o principal mercado para as exportações paraguais. O Paraguai, em 1986, foi o terceiro comprador de produtos brasileiros na ALADI, após Argentina e Venezuela.

O programa de integração Brasil-Argentina e os entendimentos mantidos por esses dois países com o Uruguai tiveram grande repercussão no Paraguai e despertariam preocupação entre as autoridades locais.



URUGUAI

COMÉRCIO BRASIL-URUGUAI (EM US\$ MILHÕES/FONTE FMI-BID-CACEX)

ANO	EXPORT.	IMPORT.	SALDO.
1981	378	178	200
1982	138	151	-13
1983	104	131	-27
1984	136	123	13
1985	140	140	00
1986	203	300	97
1987	233	217	16

Apesar de sua maior identidade étnica e cultural com a Argentina, a maciça presença brasileira na pauta de exportação e importação do Uruguai faz com que o Brasil assuma uma condição de maior relevância para esse país. Em 1986, em função do grande aumento do consumo devido ao Plano Cruzado, o Brasil absorveu 27% da exportação Uruguia, tendo também sido responsável por 25% da importação desse país.

CHILE

COMÉRCIO BRASIL-CHILE
(EM US\$ MILHÕES/FONTE CIEF-CAEX)

ANO	EXPORT.	IMPORT.	SALDO.
1981	640	305	335
1982	288	312	-23
1983	193	164	29
1984	281	224	57
1985	238	216	22
1986	246	278	32
1987 (Jan/Nov)	305	353	-48

Entre os países integrantes da ALADI, o Chile tem sido, em anos recentes, um importante parceiro comercial do Brasil. O intercâmbio comercial bilateral (exportações versus importações, base OFB), evoluiu de maneira irregular no intervalo 1982-1986, tendo passado de US\$ 601,5 milhões para US\$525,3 milhões, significando uma taxa média de variação real de -3,3% ao ano. No mesmo período o montante comercializado com a ALADI reduziu-se em 8,3%, enquanto o intercâmbio total do Brasil mostrou retração média de 2,0% ao ano.

Em 1986, o Chile ocupou a segunda posição entre os parceiros comerciais do Brasil no âmbito da ALADI (junto à Argentina), detendo uma participação de 12,1% do total transacionado com aquela região econômica.



EUCLIMAR LIMA DA SILVA - *Natural do Estado do Rio Grande do Norte, é Coronel da Arma de Cavalaria e do Quadro de Estado-Maior da Ativa do Exército (QEMA). Foi Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Subchefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, tendo Comandado o 3º Regimento de Carros de Combate, com sede no Rio de Janeiro. Possui todos os cursos fundamentais destinados aos Oficiais de carreira do Exército,*

além do Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra. Atualmente exerce o cargo de Chefe do Gabinete da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, (SADEN/PR).